
No início da vida

6.1. O começo da vida humana

M. PATRÃO NEVES

A questão do começo da vida humana constitui um problema complexo, objecto de acesa discussão nas últimas décadas e que permanece ainda hoje em aberto. Ela reporta-nos de imediato ao período em que decorre o processo da fecundação e às primeiras semanas da nova vida, e incide sobre o respeito ético e a protecção legal que esta vida humana deverá merecer desde o seu começo e durante as fases iniciais do seu desenvolvimento.

Historicamente, o debate ganha vigor no âmbito da problemática da legalização do aborto. Pergunta-se então «quando começa a vida humana?» e a reflexão orienta-se claramente no sentido de definir o que é vida humana e de determinar o seu início (enunciação dos aspectos que caracterizam a humanidade do Homem e suas primeiras manifestações). Depressa, porém, se reconheceu a inexactidão desta formulação. É indiscutível que existe uma nova forma de vida, desde a fecundação do óvulo pelo espermatozóide, que é de tipo diferente da dos gametas de que proveio e cuja identidade genética a define como sendo da espécie humana.

Substituiu-se então a interrogação inicial por outras, tais como: quando é que a vida humana se torna moral e legalmente importante? ou, quando é que o ser humano se torna pessoa? Estas perguntas, distintas na sua formulação, pressupostos e alcance, são tomadas como sinónimas por vários autores. Elas têm em comum, sem dúvida, a compreensão da origem da complexidade do problema: a identidade genética (biológica) não é mais imediatamente reconhe-

cida como suficiente para definir o Homem na sua natureza específica. Ou seja, a humanidade do Homem, o que ele possui de essencial, e que o distingue qualitativamente de todas as outras formas de vida (não como um ser superior na linha evolutiva, mas como um ser distinto dos de mais, como pessoa), não é revelado por nenhum índice biológico, mas antes se apoia sobre bases dogmáticas (religiosas) ou apela a uma fundamentação filosófica.

A noção «vida humana» é definida pela biologia como uma identidade genética da espécie humana. Porém, só a filosofia, pelo seu contributo para uma definição precisa dos conceitos e exigência de rigor lógico, poderá elucidar-nos quanto à natureza, sentido e alcance de «ser humano» e de «pessoa». Entendo por ser humano todo o indivíduo, substância única e indivisível, da espécie humana. Numa perspectiva mais ampla podemos considerar que «ser» é tudo o que é. Porém, a identificação do ser, em si mesmo, na sua existência singular e concreta, exige um processo de individuação, pelo que reservamos a designação de «ser humano» para a nova forma de vida ou entidade ontológica que resulta da individuação embrionária.

Se o ser humano se desenvolve numa dimensão psico-física, já a constituição da pessoa exige uma dimensão espiritual. Entendo por pessoa todo o ser humano capaz de consciência de si (e, por isso, simultaneamente, de consciência do mundo e de um transcendente), de relacionamento (comunicação) e de participação na comunidade moral dos homens. A pessoa constitui-se através do exercício de uma vontade consciente e livre que parte do indivíduo mas que se realiza em sociedade. Ser pessoa consiste num contínuo e infinito processo de realização de si, na criação de si próprio.

Com o desenvolvimento das técnicas de reprodução medicamente assistida, em concreto pela fertilização *in vitro* e a consequente produção, manipulação, congelamento e experimentação em embriões, o debate sobre o começo da vida humana renasce com impressionante vigor. Trata-se agora decisivamente de reflectir sobre o estatuto ético-jurídico e ontológico da vida humana desde o seu começo e ao longo do seu desenvolvimento. Sucintamente, «qual o estatuto do embrião»?

Se a ciência não pode decidir esta questão, ela também não pode ser resolvida sem a ciência. Recorreremos, pois, à biologia para determinar se é contínuo o processo de desenvolvimento desde a nova vida humana que resulta da fecundação até ao ser humano adulto; e recorreremos à filosofia para determinar o estatuto ético-ontológico dessa vida. A questão acerca do começo da vida humana é hoje, indiscutivelmente, da competência da biologia como da filosofia.

Consideremos a realidade biológica em causa, descrevendo sumariamente as principais fases do processo de fecundação e de gestação (zigoto, embrião, feto).

A fecundação consiste na união e fusão de duas células haplóides (N), isto é, que contêm apenas um conjunto de cromossomas singulares: o óvulo, a

célula sexual feminina, e o espermatozóide, a célula sexual masculina. O processo de fecundação leva 12 a 24 horas a completar-se (singamia), com um outro período de 24 horas necessário para a fusão dos dois núcleos haplóides. Denomina-se «zigoto» a célula única que resulta da fusão do espermatozóide e do óvulo. É uma célula diplóide (2N), isto é, contém um conjunto de cromossomas pares.

Aproximadamente 30 horas após a fecundação dá-se a primeira divisão, daí resultando duas células. Não atendendo à assincronia na divisão dos blastómeros, a divisão em quatro células dá-se entre as 40 e as 50 horas; e após cerca de 60 horas alcança-se o estágio de oito células. Quando, no quarto dia, o embrião se aproxima da entrada do útero apresenta-se com 12 a 16 células — mórula.

Por volta do sexto ou sétimo dia as células dispõem-se numa camada única, formando as paredes de uma esfera oca cujo centro está cheio e fluido, a «blástula» (ou «blastocisto»). Seguidamente, num determinado ponto da blástula desenvolve-se uma depressão e as células iniciam uma migração para o interior formando uma esfera oca com duas camadas de células, a «gástrula». Esta possui um orifício (blastóporo) que contacta com o exterior e que originará o ânus; a boca aparecerá de um orifício secundário que se abrirá junto daquele.

O blastocisto implanta-se no útero na segunda semana após a fecundação (a fase da nidação decorre sensivelmente entre o sétimo e o décimo quarto dias). Nesta fase completa-se a gastrulação, iniciando-se o processo de diferenciação embrionária. O primeiro sinal de que a organização primária se iniciou é o aparecimento do que se denomina por «linha primitiva», rudimento do sistema nervoso que assinala o começo de uma sensibilidade individual.

Até este momento seria possível a utilização do termo «pré-embrião», em virtude dos primeiros estádios de desenvolvimento consistirem no estabelecimento de trofotoderme (células alimentares), e não na formação do embrião. Quando se completa a implantação do pré-embrião na parede do útero (a partir do décimo quarto dia) e se desenvolvem uma variedade de tecidos de ligação entre o novo organismo e a parede do útero (passagem da fase pré-implantatória para a pós-implantatória) referimo-nos necessariamente ao embrião. A distinção biológica entre pré-embrião e embrião faz-se também com base na diferença de potencial que se lhes reconhece: do estágio de oito células até ao completar-se da implantação a totipotência (capacidade do pré-embrião se separar e de constituir um outro com a mesma informação genética que o original) pertence a grupos de células e não a indivíduos. Importa acrescentar, no entanto, que o termo «pré-embrião» não recolheu uma aceitação alargada no mundo da ciência.

A este nível de desenvolvimento ocorrem dois factos determinantes: dá-se a finalização da gástrula, um profundo e bem ordenado rearranjo de células; inicia-se o processo de embriogénese ou ontogénese que resulta no desenvolvimento de todas as mais importantes estruturas e órgãos (internos e externos) e se completa por volta da oitava semana.

Entre as oito e as doze semanas de gestação a integração do sistema nervoso atinge um nível de desenvolvimento apreciável: os primeiros reflexos/resposta do embrião ocorrem por volta da oitava semana e consistem, tipicamente, em movimentos de afastamento provocados por um estímulo mecânico na boca; a meio da nona semana o mesmo padrão de resposta estende-se a todo o corpo; e durante a décima segunda semana os reflexos locais dominam. Passamos então a referir-nos ao «feto».

A gestação do feto prossegue até cerca da trigésima nona/quadragésima semana, num desenvolvimento de órgãos anteriormente iniciados, após o que habitualmente ocorre o nascimento.

Descrito brevemente o processo de fecundação e gestação, confirma-se que estamos em presença de uma nova vida humana desde a junção das duas células, masculina e feminina. Da mesma sorte se atesta que a passagem da vida humana para a vida individualizada é um devir contínuo e que o embrião, como mais tarde o adulto, são um único e mesmo ser que se constitui, como ser singular, no processo de individuação. Importa agora aplicar a reflexão filosófica aos dados fornecidos pela biologia para que, uma vez enunciados os diversos critérios que intervêm no debate, nos possamos pronunciar sobre o estatuto a atribuir aos diferentes estádios do processo de desenvolvimento da vida humana. São três os critérios tradicionalmente invocados.

Uma argumentação do ponto de vista da potencialidade afirma tratar-se de um ser humano sempre que a identidade genética em presença contenha, em potência, todos os dados necessários para se tornar num ser humano adulto. Ora, é comumente aceite que a identidade genética que se constitui a partir da união do espermatozóide e do óvulo tem, teórica e estatisticamente, o potencial para se tornar num ser humano adulto. Porém, só uma minoria alcança este estádio num processo natural. O produto da fecundação pode tornar-se num tumor, numa mola hidatiforme ou num corioepitelioma. Para além destes processos anormais, há que considerar que cerca de dois terços dos ovos se perde antes da implantação.

Por outro lado, alguns estudos recentes sobre o zigoto e o blastocisto têm defendido que as características biológicas do futuro adulto não estão determinadas aquando da concepção. O desenvolvimento do ser humano — afirma-se — é determinado por moléculas codificadas genética e não geneticamente dentro do embrião, ao mesmo tempo que pela influência do ambiente materno. Neste caso, o DNA cromossomático do zigoto não seria suficiente para determinar o carácter único do futuro indivíduo. Levanta-se, assim, a dúvida acerca do zigoto ser ou não o adulto em que o embrião se desenvolve.

Um outro critério, que tem vindo a ganhar uma importância crescente, é o da individualidade. O ser humano surge aquando da fase da individuação — afirma-se. Ao nível do zigoto não se encontra ainda determinado se a presente identidade genética corresponderá a um desenvolvimento singular, ou seja, se dará origem a apenas um indivíduo. Afinal, cada blastómero (até ao nível de 8

células) tem o mesmo potencial que o zigoto. Aquele aspecto só se define quando se inicia o processo de diferenciação embrionária, durante a implantação. Anteriormente a esta fase é ainda possível a geminação e recombinação. A identidade genética e a individuação não coincidem.

Por último mencionamos o critério da viabilidade que, frequentemente invocado no passado, vem hoje caindo no descrédito geral. Dir-se-ia, então, que apenas no momento em que o feto se torna capaz de sobreviver fora da dependência da mãe, no ambiente extra-uterino, é que se afirma como ser humano completo. Desta sorte, e atendendo ao espectacular desenvolvimento das unidades de Cuidados Intensivos de Neonatologia que vêm garantido a sobrevivência de bebés cada vez mais prematuros (21 semanas de gestação/600 gramas), o reconhecimento do ser humano ficaria dependente do progresso tecnológico. Este é, certamente, o critério que hoje reúne menos adeptos.

Actualmente, a controvérsia restringe-se sobretudo às primeiras semanas da vida humana, à natureza ontológica e estatuto ético-jurídico do embrião (entendido aqui num sentido lato, abrangendo o que numa perspectiva restrita se poderá designar por zigoto, pré-embrião e embrião). Neste contexto, são duas as principais posições assumidas, cada uma apelando a diferentes critérios: uma primeira atribui o estatuto de pessoa a toda a vida humana desde o momento da fecundação; uma segunda estabelece o aparecimento da linha primitiva (que ocorre no termo do processo de implantação, cerca do décimo quarto dia) como marco para a atribuição do estatuto de pessoa.

A argumentação em que se fundamenta cada uma das duas principais posições assumidas face ao estatuto pessoal do embrião não é, todavia, uniforme. Coincidindo no princípio defendido, diferentes autores têm justificado diferentemente a posição que partilham.

Os vários argumentos dos que defendem que a personalidade da vida embrionária se constitui por volta do décimo quarto dia, aquando do aparecimento da linha primitiva, convergem na ênfase atribuída ao processo de individuação. A individuação constitui o factor determinante da personalidade. Frente ao zigoto, ou ao designado «pré-embrião», estaremos em presença de formas ou expressões da vida humana, mas não de um ser humano. Um cacho de células — afirma-se — não é um indivíduo, sob o ponto de vista ontológico, além do que a realidade humana está para além das suas condições de existência. Só a partir da embriogénese se tornará lícito falar de um ser humano. Apenas o embrião é já uma individualidade que normalmente se desenvolverá num ser humano independente. Neste sentido, é já também uma entidade ontológica que deve ser respeitada e protegida como pessoa.

Já em relação aos que, sob o ponto de vista ético-jurídico, defendem que o embrião desde a fecundação (ou seja, desde o estágio de zigoto) merece o mesmo respeito e protecção que uma pessoa adulta, há pelo menos duas vias de fundamentação ontológica que devem ser referidas. Uma primeira privilegia a pertença à espécie. O facto do zigoto pertencer à espécie humana (a sua

identidade genética) é suficiente para fundar os seus direitos como pessoa. Além disso, o facto do zigoto ser dotado de uma existência própria e de uma autonomia intrínseca, justifica que seja considerado como indivíduo. O zigoto é uma pessoa — afirma-se.

Numa segunda via argumentativa privilegia-se o potencial da vida humana desde o seu começo. O facto do zigoto ter o potencial para se tornar numa pessoa é suficiente para ser tratado como uma pessoa. O zigoto é dito uma pessoa potencial. Esta é também a posição partilhada pela Igreja Católica que, sem identificar o zigoto a uma pessoa, reclama que este seja tratado como uma pessoa.

A importância vital da questão não é puramente teórica, mas tem implicações práticas evidentes, tanto no plano da Ética como no do Direito. No âmbito das técnicas reprodutivas e, cada vez mais também, a nível da intervenção no genoma humano, tende-se a reconhecer o embrião como pessoa apenas a partir do décimo quarto dia após a fecundação. Desta sorte viabiliza-se a experimentação sobre o embrião.

Na Europa comunitária é consensualmente aceite que o embrião não deve ser sujeito a nenhuma forma de experimentação depois do aparecimento da linha primitiva. Em relação ao procedimento a adoptar face ao embrião durante as suas duas primeiras semanas de vida os vários países assumem posições diferentes: alguns deles, entre os quais Portugal, apenas autorizam a investigação no embrião com objectivos terapêuticos e na condição deste vir posteriormente a ser implantado; outros, permitem a investigação sem objectivos terapêuticos, impondo-lhe, todavia, regulamentação considerada, apropriada, a qual frequentemente inclui algumas restrições; outros ainda não assumiram, até ao presente, qualquer posição política ou legal nesta matéria, decorrendo ainda o período de discussão. Não há, pois, uma orientação geral, por parte do Conselho da Europa, quanto ao procedimento a adoptar em relação à vida humana durante as duas primeiras semanas. A decisão é deixada aos diferentes países membros.

Repare-se que, mesmo em cada uma das diferentes posições assumidas face ao estatuto do embrião, não foi possível estabelecer um consenso em relação às noções de «ser humano» e de «pessoa». Numa perspectiva substancialista, utiliza-se a noção de pessoa, numa conceptualização ampla, como sinónima de «ser humano». Numa concepção da personalidade como uma dimensão do humano a desenvolver, reserva-se o termo «pessoa» para um nível superior de desenvolvimento do ser humano, posterior ao nascimento, e em que à diferenciação ou individuação ontológica se acrescenta a especificidade moral. A noção de «pessoa» evoca sempre o carácter individual, irreduzível e único do ser que, na tradição filosófica, é definido como um ser permanente, incomunicado, intelectivo e livre.

No âmbito da distinção entre ser humano e pessoa, atribui-se valor moral não só à pessoa, agente moral, mas também ao ser humano, em virtude do incondicional respeito pela dignidade do humano. Diríamos que o ser humano

e a pessoa têm os mesmos direitos, mas não os mesmos deveres. Esta distinção pode tornar-se relevante, por exemplo, na consideração de pacientes em estado vegetativo persistente, de deficientes mentais graves, anencéfalos, etc.

Na verdade, é a vida humana, inquestionável desde a concepção, e no seu carácter único, irrepetível e absoluto, que é inviolável; é a vida humana como potencial para a constituição da pessoa que é digna de respeito ético e de protecção legal. Quer se determine o início do ser humano no momento da fecundação ou da individuação, quer se identifique ser humano e pessoa ou se defina a pessoa como um estágio superior de desenvolvimento a atingir numa fase avançada da vida, é a vida humana que, desde o seu começo e ao longo do seu contínuo desenvolvimento, merece o respeito e a protecção devidos à pessoa.

A problemática que o começo da vida humana envolve, a urgência da determinação do estatuto do embrião, assume hoje uma importância vital dadas as implicações de cada uma das diferentes posições assumidas neste âmbito para a Ética, para o Direito e para a Ciência. A questão é sobretudo decisiva para o Homem, para a construção da sua identidade universal e pessoal e da imagem que ele tem de si mesmo, para a construção da sociedade presente como do legado a transmitir às gerações futuras.

BIBLIOGRAFIA

ANDORNO, ROBERTO, «El embrión humano merece ser protegido por el derecho?», in *Cuadernos de Bioética*, 3, 1993, pp. 39-48.

ARCHER, LUÍS, «Ética da Reprodução Medicamente Assistida», in *Brotéria*, 135, 1992, pp. 386-406.

BEDATE, CARLOS, e CEFALO, ROBERT, «The Zygote: to be or not be a person», in *The Journal of Medicine and Philosophy*, vol. 14, n.º 6, Dezembro 1989, pp. 641-645.

BERQUIST, RICHARD, «Abortion and the right to life before personhood», in *Abortion: A new generation of Catholic Responses*, Ed. Stephen Heaney, MA Pope John Center, 1992, pp. 121-132.

BONNIE, STEINBOCK, *Life before birth: the moral and legal status of embryos and fetuses*, Nova Iorque, Oxford University Press, 1992, p. 256.

DORAN, KEVIN, *What is a person: the concept and the implications for ethics*, Lewiston, Nova Iorque, 1989, p. 179.

— «Person — A key concept for ethics», in *Linacre Quarterly*, vol. 56, n.º 4, Novembro 1989, pp. 38-49.

DUNSTAN, GORDON, «The moral status of the human embryo», in *Philosophical Ethics in Reproductive Medicine: Proceedings of the First International Conference on Philosophical Ethics in Reproductive Medicine*, Ed. David R.

Bromhan, Maureen E. Dalton, Jennifer C. Jackson, University of Leeds, 18-22 Abril 1988, pp. 3-9.

FAGOT-LARGEAULT, ANNE, «The notion of the potential human being», in *Philosophical Ethics in Reproductive Medicine: Proceedings of the First International Conference on Philosophical Ethics in Reproductive Medicine*, Ed. David R. Bromhan, Maureen E. Dalton, Jennifer C. Jackson, University of Leeds, 18-22 Abril 1988, pp. 149-155.

FLETCHER, JOSEPH F., «Four Indicators of Humanhood — The Enquiry Matures», in *Hastings Center Report*, vol. 4, n.º 6, Dezembro 1974, pp. 4-7.

FORD, NORMAN M., *When Did I Begin?*, Cambridge & Nova Iorque, Cambridge University Press, 1988, pp. XIX-217.

GREEN, RONALD, «Toward a Copernican Revolution in our Beginning and Life's End», in *Soundings*, vol. 66, n.º 2, Verão 1983, pp. 152-173.

GRISEZ, GERMAIN, «When Do People Begin?», in *Abortion: a new generation of Catholic responses*, Braintree, Massachusetts, The Pope John XXIII Medical-Moral Research and Education Center, 1992, pp. 1-27.

HELLEGERS, ANDRÉ, «Fetal Development», in *Contemporary Issues in Bioethics*, Belmont, Califórnia, Wadsworth Publishing Company, 1989, 3.ª ed., pp. 125-129.

HOTTOIS, GILBERT, e PARIZEAU, MARIE-HÉLÈNE, *Les mots de la bioéthique. Un vocabulaire encyclopédique*, Gembloux, De Boeck Université, 1993, p. 376.

JOYCE, ROBERT, «The Human Zygote is a Person», in *Abortion: a new generation of Catholic responses*, Braintree, Massachusetts, The Pope John XXIII Medical-Moral Research and Education Center, 1992, pp. 29-42.

LACADENA, JUAN RAMON, «Status of the Embryo Prior to Implantation», in *Human life, its beginnings and development: bioethical reflections by Catholic scholars*, Paris, Louvain-la-Neuve, CIACO, 1988, pp. 39-45.

LOCKWOOD, MICHAEL, «When does a Life begin?», in *Contemporary Issues in Bioethics*, Belmont, Califórnia, Wadsworth Publishing Company, 1989, 3.ª ed., pp. 136-141.

MALHERBE, Jean-François, «The Personal Status of the Human Embryo: A philosophical essay on eugenic abortion», in *Human life, its beginnings and development: bioethical reflections by Catholic scholars*, Paris, Louvain-la-Neuve, CIACO, 1988, pp. 101-116.

MCCORMICK, RICHARD, S. J., «Who or what is the Preembryo?», in *Kennedy Institute of Ethics Journal*, vol. 1, n.º 1, Março 1991, pp. 1-15.

RENAUD, MICHEL, «O devir pessoal e a exigência ética», in *Cadernos de Bioética*, 1, Edição CEB, Coimbra, 1990.

SERRA, ÂNGELO, «The Human Embryo: Science and medicine», in *Human life, its beginnings and development: bioethical reflections by Catholic scholars*, Paris, Louvain-la-Neuve, CIACO, 1988, pp. 47-65.

SHANNON, THOMAS, «Reflections on the moral status of the pre-embryo», in *Theological Studies*, 51, Dezembro 1990, pp. 603-625.

SUAREZ, ANTOINE, «Hydatiform Moles and teratomas confirm the Human Identity of the preimplantation Embryo», in *The Journal of Medicine and Philosophy*, vol. 15, n.º 6, Dezembro 1990, pp. 627-635.

Bioethics and the Fetus: medical, moral and legal issues. Ed. James M. Humber, Robert F. Almeder, Nova Iorque, Humana Press, 1991, p. 190.

The Status of the human embryo: perspectives from moral tradition, Ed. G. R. Dunstan, Mary J. Seller, Londres, King Edward's Hospital Fund for London, 1988, p. 119.

Relatório-Parecer sobre «Reprodução Medicamente Assistida», in Conselho Nacional de Ética/Documentação, 3, 1993.

6.2. O diagnóstico pré-implantatário

RUI NUNES

6.2.1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento recente de novas tecnologias no âmbito da reprodução medicamente assistida, bem como a consolidação dos aspectos técnicos da experimentação em embriões, possibilitaram a determinação, com considerável eficácia, da constituição genética e cromossómica do embrião humano.

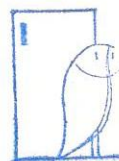
Essencialmente, os problemas éticos que se colocam pela prática do diagnóstico genético pré-implantatário não diferem das questões éticas do diagnóstico genético pré-natal. De facto, se considerarmos existir uma nova entidade humana, possuidora dos mesmos direitos que outros seres humanos, desde o momento da fertilização (Clarke, 1988), não parece haver qualquer diferença de índole ética entre o diagnóstico genético aos oito dias de idade ou às oito semanas de gestação.

Contudo, aqueles que consideram que só surgirá uma nova pessoa humana após o décimo quarto dia de existência (Ford, 1988), que corresponde, *grosso modo*, ao término da implantação do embrião humano no útero materno, não terão, forçosamente, a mesma perspectiva sobre esta temática (Singer, 1990).

Ora, inclinamo-nos para a primeira das duas teses apresentadas, isto é, aceitamos que existe um novo ser humano desde o momento da concepção (fertilização) (Iglesias, 1987).

Bioética

Coordenação de
Luís Archer
Jorge Biscaia
Walter Osswald



SERVIÇOS DE
DOCUMENTAÇÃO
UNIVERSIDADE DOS AÇORES

75512

17.023.3
B512

Editorial Verbo
Lisboa — São Paulo



*Edição realizada
em colaboração com o
Centro de Estudos de Bioética*

© 1996 Editorial Verbo

*Capa: Serviços Gráficos da Editorial Verbo
Fotografia da capa: © Peter Mengel/Science Photo Library
Composição: C. A. — Artes Gráficas
Impressão: Rolo e Filhos
Março de 1996
N.º Ed.: 2329
Dep. Legal: 97 865/96*